

Simón Bolívar,

O primeiro Bonapartista da América Latina?*

*Manfred Kossok*¹

A convocação para este colóquio continha o convite à reflexão sobre os elementos bonapartistas na política e ação de Simón Bolívar. Eu gostaria de aceitar este gentil convite, mesmo que com certa intenção polêmica.

A questão do bonapartismo (ou dos aspectos bonapartistas) em Bolívar é quase tão velha quanto o culto a Bolívar ou a lenda bolivariana. A fundamentação mais vasta de tal tese nos foi oferecida por L. Vallenilla Lanz em suas concepções sobre o Cesarismo democrático, publicadas em 1919. Muitos historiadores estiveram e seguem sendo fascinados pelos aparentes elementos bonapartistas em Bolívar. O historiador liberal Gervinus, tem o mérito de haver introduzido a Independência e com ela a Bolívar na historiografia alemã, e manifestou notáveis reservas a respeito da “monocracia” do Libertador, o que não era mais do que outra expressão para bonapartismo, por ainda não existir então tal noção.

Para colocar claramente este problema de grande importância para a avaliação histórica sobre Bolívar, parece indispensável distinguir exatamente entre dois níveis de análise e interpretação:

1. O **primeiro nível** refere-se à posição de Bolívar frente a Napoleão I, cuja atitude pode observar de muito perto durante sua estadia na França e na Itália. Sobre as impressões retidas existem suficientes testemunhos pessoais de Bolívar. Os documentos existentes provam o forte impacto da personalidade de Napoleão sobre o espírito romântico do jovem mantuano. Bolívar mostrou-se profundamente entusiasmado pelo gênio militar de Napoleão, o prestígio universal do imperador francês e a ampla simpatia de que gozava entre as massas populares. Bolívar via em Napoleão o autêntico herdeiro da Grande Revolução. Porém, o inegável entusiasmo de Bolívar em relação a Napoleão como político e militar vinha acompanhado de uma concepção muito clara e crítica do nascente neoabsolutismo grande-burguês, cuja

* Tradução e revisão do original em castelhano por Raphael Lana Seabra.

¹ Nascido na Breslávia em 1930 e falecido em Leipzig em 1993, Manfred Kossok foi um historiador alemão, professor da Universidade de Leipzig, cuja pesquisa voltava-se para História Moderna e o estudo das Revoluções, sobretudo Francesa e das Lutas de Independência da América Latina.

expressão institucional foi a coroação imperial em 1804 e a pompa ao redor da famosa Corroa de Ferro da Lombardia. Bolívar criticou a auto-coroação de Napoleão como um ato “gótico”, em outras palavras, reacionário e contraproducente às ideias de 1789. Em sua conduta posterior Bolívar evitou conscientemente tudo o que pudesse ser interpretado como uma imitação de Napoleão. Dizia: “garanto que nestes países [da América Latina] teria adotado para mim o costume [de Napoleão e seu Estado Maior] se não tivesse temido que dissessem que o faria para imitar Napoleão, ao que teriam somado que minha intenção seria imitá-lo em tudo”.

As permanentes tentativas de alguns historiadores em comparar Bolívar com Washington ou Napoleão não têm nenhuma relação com a realidade. Bolívar recusou explicitamente tal comparação. Ele estava bastante convencido e obcecado com sua missão histórica para correr o risco de, por meio de uma comparação, ficar à sombra de outros personagens ou parecer uma segunda edição deles. Inspiração – sim, imitação – não. Também não creio que não teria sido possível o triunfo da Independência, dadas as condições muito específicas para uma revolução na América Espanhola, pela simples aplicação de experiências realizadas em países distantes e por diferentes gerações. Bolívar tinha consciência das particularidades: “É preciso – proclama Bolívar – que o governo identifique-se... com o caráter das circunstâncias, dos tempos e dos homens que o cercam” (15-12-1815).

2. O **segundo nível** tem como essência do debate a questão do bonapartismo na política e a conduta de Bolívar. Para poder responder à mencionada questão é preciso recordar os elementos constitutivos da definição de bonapartismo e da época de seu surgimento. Os historiadores que aplicam o termo “bonapartismo” a Simón Bolívar usam esta noção de modo muito abstrato, quase fora do tempo histórico concreto e sem se perguntar pelas condições sociais nas quais nasceu o mencionado fenômeno. Os critérios essenciais de uma interpretação bonapartista devem ser vistos em primeiro lugar no papel do exército e em certas tendências ao autoritarismo em Bolívar. São suficientes estes critérios? Creio que não. Pelo contrário, tais critérios me parecem apropriados para cobrir tanto a essência do bonapartismo como o conteúdo real da política bolivariana.

É preciso não perder de vista ao menos cinco elementos para compreender o fenômeno do bonapartismo e sua localização histórica. De modo muito resumido é possível descrever estes elementos como:

1. No bonapartismo o poder político é manifesto conforme com seu **caráter de classe**, ou definindo com mais precisão, a ditadura da grande burguesia, cuja espinha dorsal era a burguesia industrial. Ou seja, que corresponde ao bonapartismo a maturidade mais ou menos avançada da revolução industrial.

2. Portanto, o **antagonismo fundamental entre trabalho e capital** já existe e atua. A maioria da burguesia se distancia cada vez mais de sua própria revolução.

3. A **situação histórica** na qual surgiu o bonapartismo caracteriza-se por uma relação de forças classistas instável (Engels falou do “equilíbrio” relativo entre as camadas principais). Nas condições dadas, a burguesia mostra-se incapaz e indisposta a exercer seu poder por meio de métodos “normais”, quer dizer, parlamentares.

4. A **forma do exercício do poder** consiste numa ditadura militar mais ou menos direta a aberta, onde o exército não tem somente uma função externa (“para fora”), mas sim interna (“para dentro”).

5. Sua **base de massas**. O bonapartismo a teve nas classes e camadas camponesas e pequeno-burguesas, jogando um papel essencial na política a demagogia social e nacional.

Engels viu no bonapartismo “a religião da burguesia moderna”, ou seja, a economicamente mais avançada, considerando-o um fenômeno típico da “época das revoluções por cima” que cobriu as décadas desde 1851 até 1870/71. O bonapartismo amadureceu de modo “clássico” durante o governo de Napoleão III na França. Como demonstrou Albert Soboul, em diferentes condições não é possível aplicar os critérios utilizados ao primeiro Napoleão, contemporâneo de Bolívar. A comparação muito superficial deixa claro que seria incorreto qualificar Bolívar como bonapartista de acordo com os critérios da definição utilizada.

No bonapartismo “clássico” o exército desempenha uma função abertamente contrarrevolucionária e orientada primordialmente “para dentro”; serve como guarda pretoriana para a defesa do *status quo* conservador. Diferentemente, na Independência o Exército Libertador serviu de “instrumento da iniciativa revolucionária” (Karl Marx), portador do componente continental da revolução e expressão mais avançada da hegemonia *criolla* liberal-republicana. Bolívar recusou toda função interna do exército: “Um soldado feliz não adquire nenhum direito para mandar em sua pátria. Não é o árbitro das leis nem do governo; é o defensor de sua liberdade” (02.01.1814). Chegando quase ao fim de seu destino repete: “É insuportável o espírito militar no

mando civil” (13.09.1829). A isso corresponde, então, o seguinte princípio de Bolívar: “O sistema militar é o da força, e a força não é governo” (26.11.1816). Pode se adicionar a frase programática: “O destino do Exército é guarnecer a fronteira. Deus nos guarde de que volte suas armas contra os cidadãos!” – assim pode ser lido no projeto de constituição para a Bolívia (25.05.1826).

Sua ideia de um exército continental e do princípio de uma intervenção armada revolucionária refere-se exclusivamente a defesa contra perigos exteriores e ataques contrarrevolucionários.

A posição particular e dominante do exército na independência procedia, em primeiro lugar, da íntima unidade entre revolução e guerra de libertação. Na América do Sul, em particular, o fator militar dominava como força motriz da revolução. Paralelamente, o exército teve que compensar a extrema debilidade do elemento burguês na constelação hegemônica das classes dirigentes. Parece-me que não são necessários mais comentários sobre a diferença fundamental e evidente frente o papel do exército num regime bonapartista .

Os que conhecem a literatura internacional sobre a “questão militar” se lembrarão das tentativas durante os anos 1960 e 1970 em interpretar a ação de militares progressistas no movimento de libertação nacional e social contemporâneo na Ásia, África e América como bonapartista ou neobonapartista. Basta mencionar as publicações alusivas de G. Mirski. Entretanto, existe certa calma porque tais comparações históricas causaram mais confusão do que esclarecimento sobre a complexa dialética entre exército e revolução.

Falta finalmente mencionar o problema da ditadura e da autocracia em Bolívar. Sem dúvida existiram ambos os fenômenos na política e na condução pessoal do Libertador. Até hoje a avaliação histórica sobre Bolívar segue oscilando entre dois extremos: Por um lado, Bolívar parece o protótipo de um político militar conservador-aristocrático, incapaz de cumprir com as exigências de uma revolução na época da transição do feudalismo ao capitalismo. Por outro lado, Bolívar é destacado como representante da esquerda radical (“*Äussersten Linken*”) cuja função histórica – segundo Engles – estaria em haver ultrapassado os limites de classe da revolução burguesa. Ambos os polos da interpretação se distanciam da realidade histórica: Bolívar não negou os fins burgueses da revolução, como provam os decretos sobre a abolição da escravidão, a liberação dos índios do tributo e a des-feudalização do

trabalho assalariado. No entanto, Bolívar não ultrapassou os limites sociais da revolução no sentido da esquerda radical no estilo de [Thomas] Müntzer², dos diggers³ ou dos *enragés*⁴ na Revolução Francesa. Seu mérito histórico consiste em ter buscado **aproximar** a revolução não apenas militar, político e ideologicamente, mas também econômica e socialmente à sua essência classista burguesa, elevando-a ao nível de uma transformação social correspondente ao caráter da época. A tragédia de Bolívar foi não ter alcançado esta tarefa histórica: a Independência acabou como uma revolução inconclusa.

Sem subestimar o importante fator subjetivo na política de Bolívar, é preciso enfatizar que o problema da ditadura determinou as causas **objetivas** da revolução. Marx dizia: “Cada situação provisória do Estado burguês depois de uma revolução exige uma ditadura e, precisamente, uma ditadura enérgica”. Esta afirmação de Marx corresponde exatamente a situação histórica na qual Bolívar agia: “Todo o corpo da história ensina que as gangrenas políticas não se curam com paliativos” (11.04.1828). Bolívar sempre se dava conta das limitações do poder ditatorial: “A ditadura – escreve ao Sir R. Wilson em 1829 – é o espinho das Repúblicas”. Em sua mensagem ao Congresso Constituinte da Colômbia no mês de janeiro de 1830 dizia: “Se fosse necessário um homem para sustentar o Estado, este Estado não deveria persistir e ao final não existiria”. Tendo poderes ditatoriais Bolívar os exercia **por** e **para** a revolução; o bonapartismo, muito pelo contrário, representa uma ditadura **contra** a revolução. Esta profunda diferença qualitativa e funcional evidencia que não existe nenhuma tradição ou continuidade entre os “primeiros ditadores” – que deram a liberdade a América Espanhola – e os ditadores militares de tempos posteriores, os que defenderam de maneira repressiva o *status quo* político e social. Bolívar não é nem precursor nem representante da tradição ditatorial na América Latina.

² Foi um dos primeiros teólogos da Reforma Protestante e opositor de Martin Luther, tornou-se umas principais lideranças das Guerras Camponesas Alemãs (1524-1525), que levava às últimas consequências o combate aos privilégios e corrupção católicas, indo em direção ao combate da própria aristocracia alemã. Foi preso e decapitado em 1525.

³ Os “escavadores” era a denominação de um grupo de protestantes ingleses radicalizados, com ideias próximos ao que seria conhecido como socialismo utópico e liderados por Gerrard Winstanley no século XVII.

⁴ Ou revoltosos, que durante a Revolução Francesa buscavam aprofundar o processo demandando não apenas maior igualdade política, mas também isenção de impostos sobre alimentos, cobrança de impostos dos mais ricos. Situavam-se à esquerda dos jacobinos, seu ideário fomentará a *conspiração do iguais* de Gracus Babeuf.

Devemos a Engels a tese: “Uma revolução é certamente a coisa mais autoritária...”. Logo, manifesta-se o problema da ditadura como fenômeno orgânico da cada revolução autêntica e profunda. [José] Padilla, nos tempos da [Revolta das] Comunidades, os Comitês dos 18 na Holanda, Cromwell, Os Filhos e Filhas da Liberdade, Robespierre, são alguns dos mais destacados exemplos na história das revoluções modernas. É **nesta** tradição que encontra-se, precisamente, a atitude ditatorial de Bolívar.

Entres os fatores principais dos quais decorreu a necessidade de uma ditadura revolucionária e **transitória** estão a guerra permanente, a correlação instável das forças político-sociais e a luta em diferentes frentes (para fora e para dentro). No entanto, Simón Bolívar agia sempre sobre a base de uma ditadura com legitimidade democrática. “A aclamação dos cidadãos é a única fonte legítima de todo poder humano” (09.10.1816). Daí sua recusa a todos os projetos monárquicos. A ditadura bolivariana não tinha somente uma função externa, mas também necessariamente uma função interna devido a impossibilidade de quebrar a resistência conservadora *criolla* e contrarrevolucionária com métodos parlamentares e sob uma “legalidade normal”. Sabemos de Marx que a coerção revolucionária é a parteira de cada nova sociedade. Bolívar compreendeu esta necessidade a cumpriu, começando com a Guerra de Morte. “A necessidade não conhece leis”, escreveu ao General Santander (07.04.1825).

Uma nota final sobre a caracterização de Bolívar dada por Marx, tantas vezes usada para justificar a interpretação bonapartista do Libertador. Como já abordei este problema amplamente como tema de palestra⁵ apresentada na Academia de Ciências, já em edição, gostaria de formular apenas uma frase: O esboço biográfico de Karl Marx sobre Bolívar, apesar dos erros que contém, não oferece uma base para definir Bolívar como bonapartista, ainda que a argumentação de Marx esteja profundamente impregnada pela confrontação contemporânea com Napoleão III e o culto à personalidade que o rodeava.

Espero que minhas observações tenham evidenciado que aos historiadores falta muito ainda por pensar para fazer justiça à figura histórica de Simón Bolívar.

⁵ “Simón Bolívar y el destino histórico de la América española”.